



AS CRIANÇAS E A CIDADE

Uma reflexão sobre usos e contra-usos no espaço público

João Teixeira Lopes

Pensar as crianças na sua relação com o espaço público leva-nos a questionar duas dimensões cruciais: em primeiro lugar, as margens de agenciamento das crianças numa sociedade de adultos; em segundo lugar, as lógicas hegemónicas de produção urbanística.

Em ambas as dimensões discutimos as vivências das crianças nos espaços urbanos e a relação que se vai estabelecendo entre dois sistemas de valores e representações: de uma banda, as culturas de infância e a espacialização dos seus quotidianos através de práticas sociais relativamente autónomas e específicas; de outra banda, o capital pericial de quem produz espaços fortemente especializados. Raramente estes saberes comunicam (e, para muitos, apelidar as práticas espacializadas das crianças de «saberes», constituirá ainda uma injustificável heresia...)

No primeiro caso, defenderei a ideia da existência de uma *agência infantil*. O termo pode parecer algo provocatório, uma vez que *infantil* é habitualmente um adjetivo depreciativo, que remete para uma entidade inacabada, destituída de “maturidade” (e mesmo de “identidade”), uma espécie de “ainda não”... Ora, o decisivo papel da pesquisa sobre crianças tem demonstrado quer a existência de “culturas de infância”

(Sarmiento e Cerisara, 2004), com princípios estruturadores de relações sociais relativamente autônomos; quer a recorrência de uma “reprodução interpretativa” nos quotidianos infantis (Corsaro, 2005), em que a reprodução das estruturas sociais está longe de ser passiva (uma mera duplicata ou reflexo inerte), expressando, antes, uma incorporação seletiva e transformadora; quer, ainda, a pluralidade da ordem doméstica (Lahire, 2001), em que, ao contrário do que uma visão monolítica poderia sugerir, se comprova que a criança se encontra, desde que nasce, sujeita a um feixe de forças e princípios socializadores bem mais heterogêneo do que uma visão desfasada poderia supor, dadas as recomposições de papéis e modelos familiares, dada a porosidade cada vez maior do “lar” face ao exterior e dada ainda a diversidade intrínseca ao agregado (o pai, a mãe, os avós, os irmãos não pensam e agem todos da mesma forma, nem se adaptam aos contextos de modo absolutamente idêntico).

A agência infantil é *infantil*?

A ideia de uma *agência infantil* bebe, desde logo, nas propostas de Giddens contidas na teoria da estruturação e na célebre hipótese da dualidade da estrutura. Esta, para além de conciliar as teorias da ação e as da estrutura busca superar o dualismo da estrutura por uma dualidade em que as estruturas e as ações se constituem mutuamente: "(...) as regras e os recursos utilizados na produção e reprodução da ação social

são ao mesmo tempo os meios da reprodução sistémica” (Giddens, 1994: 81).

Por outras palavras, O objeto da teoria da estruturação é, então, a produção e reprodução das práticas sociais no espaço-tempo, enfatizando a matricial importância da consciência prática (*practical consciousness*) como fonte de conhecimento e de orientação na vida quotidiana e o carácter espaço-temporalmente situado da ação humana.

Se as crianças são agentes, ainda que limitados por constrangimentos múltiplos (de classe, de género, de etnia e, no seu particular caso, de idade), nem por isso podem ser reduzidas a seres inertes, passivos, marionetas do adulto-demiurgo, uma vez que sabem como prosseguir (“how to go on”) para além das indicações e prescrições dos adultos, evidência particularmente visível na intersubjetividade e na intensidade de quadros de interação que estimulam a estruturação de normas tácitas entre pares, forjando, então, culturas de infância com uma materialidade própria, isto é, com um espaço-tempo específico, ainda que sujeito ao entrelaçamento de modos de dominação (mormente os que se estabelecem na e pela idade) e da distribuição desigual de recursos.

Atuando *na e pela* prática, mobilizando, em contextos mais favoráveis, competências reflexivas (de um modo diferente do dos adultos – valeria aliás a pena refletir igualmente sobre os processos e dispositivos de uma

reflexividade infantil), as crianças assumem-se como sujeitos sociais fazedores de relações e culturas. Em suma, as crianças contribuem ativa e decisivamente para a construção de uma sociedade infantil que se enquadra, em espaços-tempos dotados de uma certa margem de autonomia e especificidade, na sociedade global, ainda que não prescindindo de certo coeficiente de singularidade próprio das culturas de infância.

Crianças em espaços públicos

Na perspectiva aqui adoptada afastamo-nos parcialmente da concepção habermasiana de espaço público, uma vez que o autor alemão (Habermas, 1980) define, antes de mais, a emergência de uma esfera pública burguesa e de uma «sociedade civil» abstracta e formal constituída primordialmente *no e pelo* discurso. Aproximamo-nos, assim, das críticas feministas quando referem que a racionalidade universal abstracta veiculada por Habermas carece de uma *política da diferença*, assente na extensão dos direitos liberais da modernidade a uma miríade de grupos sociais excluídos, *maxime*, invisíveis e inexistentes pela classificação e percepção hegemónicas. Nessa exclusão, figuram as crianças.

Simultaneamente, não existe um discurso ou um *agir comunicacional* sem um corpo socializado e respectiva *performance* espaço-temporal. Falta, na proposta de Habermas, sensibilidade para pensar a espacialização das

práticas sociais quotidianas em cenários de interação concretos e vividos (Lopes, 2008): uma teoria do corpo no espaço-tempo. É como se retomássemos a célebre frase de Foucault: o espaço é tido como o morto, o fixo, o não dialéctico, o imóvel... Ou Lefèbvre, que critica asperamente as representações que o enunciam como «um meio vazio», «um contentor sem conteúdo» (Lefèbvre, 2000: XVII). Ou ainda, da banda da geografia, o reparo de Edward Soja à «silenciada espacialidade do historicismo» (Soja, 1999: 13).

A esfera pública de Habermas jamais seria capaz de conter os espaços públicos das e com as crianças, uma vez que se baseia no uso crítico e abstrato de uma razão crítica “superior”. Aliás, falta a esta noção uma concretização espacial. Edward Soja, geógrafo marxista contemporâneo, quando aborda o conceito de *terceiro espaço* (Soja, 2000) enquanto espaço vivido, “simultaneamente real-e-imaginado, atual-e-virtual, locus da estruturação da experiência individual e coletiva e da agência” (Idem: 11), para além do espaço percecionado e planeado, pretende, precisamente, assim o creio, recuperar a ideia de agência para pensar nos modos de relação com o espaço.

Assim, para além da perceção do espaço (e importa aqui considerar que o espaço não é liso; é pelo contrário pleno de “rugas”, de obstáculos, de encruzilhadas...) e da forma como ele é concebido e planeado pelos “produtores do espaço”, em particular aqueles que são dotados de competências e poderes periciais (urbanistas, arquitetos,

engenheiros, pedagogos...), importa compreender os modos de apropriação infantil dos espaços, máxime dos espaços públicos, uma vez que as apropriações são interpretações baseadas na experiência, com inevitável carga transformadora. Ora, *compreender* exige necessariamente abordagens qualitativas, estratégias próximas (Ferreira, 2002) e pesquisa de terreno *sobre e com* as crianças, nos seus *natural settings* (Corsaro, 2005), com implicação etnográfica. *Compreender*, como insiste ainda Bourdieu (1993), requer um exercício espiritual (e acrescentaria: corporal) ao ponto de vista do outro, neste caso das crianças, prescindindo ao máximo da violência simbólica (e dentro desta, da sua componente de violência linguística) em favor de uma escuta (acrescentaria: observação, mirada) atenta, cuidada, prolongada e metódica.

Domesticação, insularização, usos hegemónicos

Como refere Ana Nunes de Almeida (2009), o processo de modernidade surge acoplado, no que às crianças se refere, aos dispositivos de privatização e familiarização. Por conta da sua representada vulnerabilidade, dependência e incompletude, as crianças são confinadas ao espaço doméstico, sob forte controle familiar e os próprios lares, pese embora a desigualdade de capitais, são fortemente investidos de aparelhos da galáxia audiovisual (som, luz e imagem) e cibernética, com componentes interativas de ocupação intensiva dos tempos livres.

Por outro lado, existe uma sobreocupação das crianças (Araújo, 2009), associada à modalidade hegemónica do ofício de aluno (que coloniza mesmo o jardim de infância), sobre-escolarizada e amputadora da realidade de uma criança plural, isto é, dotada de vários papéis sociais e movendo-se em contextos igualmente diversos. A versão vigente desse aluno individualiza precocemente as crianças, associa lazeres a trabalho e aprendizagem, procura disseminar lógicas de competição, formata disposições de capital humano e esquece, por isso, que a criança é sobretudo muito mais do que o estudante ou o futuro profissional.

A domesticação dos tempos livres diminuiu por isso a sua variabilidade, empobrece os seus conteúdos relacionais, reduz o seu potencial de imaginabilidade e retira agência às crianças. Como refere Maria José Araújo, até um certo ponto “se a criança não escolhe a sua brincadeira, já não é ela que brinca” (Araújo, 2009: 15). A domesticação, por seu lado, associa-se à predominante domesticidade das práticas culturais. Esta tendência não significa automaticamente um nivelamento por baixo ou uma uniformização dos lazeres. O contexto doméstico permite muito mais do que a panóplia habitual das práticas doméstico-recetivas ligadas aos velhos e novos media. Mas a socialização da criança enriquecer-se-á com a complexidade das experiências e esse traço requer a abertura nómada aos espaços públicos da cidade, até para que se sinta como profícua a tensão abertura/fechamento, público/privado.

Finalmente, as representações dominantes sobre o espaço público e a disseminação mais ou menos generalizada de um sentimento subjetivo de insegurança, reforça o medo da cidade, evitando os espaços públicos ou incluindo-os nos circuitos das crianças apenas sob estrita supervisão e mediante um conjunto de usos programados e estandardizados. As crianças saltitam de “ilha segura” para “ilha segura”, numa configuração de arquipélago que traduz uma cartografia dos medos dos adultos. Muitas vezes, essa circulação cria um mapa mental profundamente amputado das cidades que existem na cidade.

No entanto, o espaço público, na sua radical definição, exige a multiplicação de possibilidades de conhecimento e confronto da diversidade (de classe, de género, de etnia, de estilos e modos de vida...), no jogo da indeterminação, da aleatoriedade e da surpresa. Por outras palavras, espaços públicos controlados, homogéneos e altamente previsíveis diminuirão as possibilidades de uma socialização *na e pela* diferença – diferença que acrescenta, interpela, cruza e enriquece repertórios, inclusive linguísticos.

Para além desta limitação, os espaços públicos i) raramente são concebidos para estimular o fecundo confronto da diferença, tendo em vista a hibridação cultural, generalizando-se as fórmulas da “praça seca”, do território de circulação ou passagem, de “tabula rasa”; ii) amiúde difundem a fórmula da “cidade genérica” (proposta pelo arquiteto Rem Koolhaas), sem história e sem centro, caindo, tantas vezes, na

estandardização, na repetição, no urbanismo de espetáculo e de ficção; iii) escasseiam os espaços públicos para crianças, acontecendo, quando muito, a concepção de “cantos”, com ou sem equipamento, face aos quais as crianças nunca são ouvidas (e ouvi-las pode significar observá-las com sistematicidade; dar conta dos seus modos de brincar e de fazer sociedade; dos seus circuitos próprios; das configurações relacionais; da gestão social e cultural do corpo, da distância e da proximidade; etc.).

Contra-usos

Assim como a cultura dos pobres não tem de ser – e não é – uma cultura pobre, os espaços públicos para as crianças devem superar a lógica infantil da subalternização dos seus *habitus* como sujeitos plurais, dotados de agência e relativa autonomia. Em vez de meros espaços *para* as crianças (ou, nos piores casos, para agir *sobre* as crianças, condicionando-as e controlando-as), poderiam ser, cada vez mais, espaços *com* crianças, implicando-as desde o seu planeamento (envolvendo-as num diagnóstico etnográfico dos seus modos de habitar e forjar os espaços-tempos), até à avaliação do seu impacto socializador. Espaços potenciadores de diferença (logo abertos ao confronto de idades, gerações, classes, etnias, géneros...) e educadores para a diferença. Espaços, além do mais, plásticos, contendo em si usos potenciais como apelo à participação e à criatividade.

Como escreveu Samy Lansky, arquiteto-etnógrafo brasileiro que estuda os usos das crianças de equipamentos públicos urbanos, “penso que não é possível nem mesmo desejável prever todos os usos que os espaços podem receber” (2012: 288). Ou ainda: “...em espaços considerados escolares, de lazer, esportivos, comerciais, etc., acontecem muito mais coisas que os planejadores imaginam. Suas barreiras são atravessadas e, portanto, poderia considerar que os espaços especializados não existem quando observados de perto” (idem: 288). A questão residiria, pois, em obstaculizar ou favorecer, desde o início, desde o planejamento de espaços e equipamentos, essa superação de barreiras. De alguma forma, seriam espaços abertos e propositadamente incompletos; espaços à espera de serem feitos, mobilizados, atualizados, fruídos, reconstruídos. Espaços permanentemente em emergência. Nesse sentido, é de prever – e estimular – o acionamento de contra-usos (não previstos, contra-hegemônicos, frequentemente não intencionais), desde que protejam a autonomia, a integridade e a segurança das crianças.

Nas geografias reais incrustar-se-iam assim geografias imaginárias. Da sua confluência resultaria o espaço vivido, o tal terceiro espaço de que fala Soja. Não se pense que este espaço é uma espécie de reino que pertence a outro mundo. Pelo contrário: ele induz experiências, relações, modos de lidar com constrangimentos e possibilidades, possui, em suma, uma materialidade própria que produz efeitos nas culturas da infância.

Creio, aliás, que uma nova cultura de espaços públicos produzia novas dinâmicas no próprio domínio privado. Público e privado existem apenas em relação e as mudanças num repercutem-se no outro, com as necessárias traduções e mediações. Por outro lado, tais experiências infantis em espaços públicos assim concebidos – liminares, plásticos, porosos, indeterminados e emergenciais – poderão constituir-se, se recorrentes e sistemáticas, na estruturação de disposições que valorizem a interculturalidade, o jogo de saber colocar-se no lugar do outro, de o imaginar em si, fora de si e no mundo. E tais saberes relacionais poderão ainda transitar para a domesticidade dos lares, transformando os cânones do jogo familiar *indoors*, bem como circular entre o real-real e o real-virtual, instituindo no ciberespaço lógicas de conhecimento e reconhecimento da diferença.

Referências bibliográficas

- Almeida, A. N. (2009), *Para uma Sociologia da Infância. Jogos de olhares, pistas para a intervenção*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Araújo, M. J. (2009), *Crianças Ocupadas*. Porto: Primebooks
- Bourdieu, P., dir. (1993), *La Misère du Monde*. Paris: Seuil.
- Corsaro, William (2005), *The Sociology of Childhood*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Ferreira, M. (2002), «*A Gente Aqui o que Gosta Mais é de Brincar com os Outros Meninos!*» *As crianças como actores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no quotidiano de um jardim de infância*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Giddens, A. (1994), "Elements of the theory of structuration" in AAW, *The Polity Reader in Social Theory*. Gambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1984), *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- Lahire, B. (2001), *L'Homme Pluriel. Les Ressorts de l'Action*. Paris : Nathan.
- Lansky, S. (2012), *Na cidade, com Crianças. Uma etno-grafia espacializada*. Belo Horizonte : Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Lefèbvre, H. (2000), *La Production de l'Espace*, Paris : Anthropos.

Lopes, J. T. (2008), “Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público” in LEITE, Rogério Proença, *Cultura e Vida Urbana. Ensaio sobre a Cidade*. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe.

Sarmiento, M. J. e Cerisara, A., orgs. (2004), *Crianças e Miúdos: Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação*. Porto: Edições Asa.

Soja, E. W. (2000), *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell Publishers.

Soja, E. W. (1999), *Postmodern Geographies. The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. London: Verso.